



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **22/05/2019**

Aprovado em: **06/06/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.06.02>

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: o SIP como ferramenta de planejamento utilizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA, NEILA BARRETO FERNANDES

RESUMO

Este trabalho aborda o tema do planejamento em Instituições Públicas de Ensino Superior detalhando os principais princípios e parâmetros constitucionais, legais e técnicos que o disciplinam. Desse modo, este estudo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa exploratório-descritiva, bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar os desafios relacionados ao contexto do planejamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e como se articulam e se inserem no contexto dos instrumentos da Administração Pública Estadual. Para tanto, foi necessário contextualizar a atuação da UNEB ao utilizar o Sistema Integrado de Planejamento (SIP) como ferramenta para possibilitar o planejamento e o acompanhamento dos projetos na Instituição, o que subsidia o planejamento global. Os resultados destacam que o desenvolvimento e a articulação dos projetos tem impactado positivamente no crescimento da UNEB.

Palavras-chave: Planejamento. Instrumentos de Planejamento. SIP. UNEB.

ABSTRACT

This paper deals with the topic of planning in Public Institutions of Higher Education detailing the main principles and constitutional, legal and technical parameters that discipline it. Thus, this study presents the preliminary results of an exploratory-descriptive, bibliographical and documentary research, with the objective of analyzing the challenges related to the planning context of the State University of Bahia (UNEB) and how they articulate and fit into the context instruments of the State Public Administration. In order to do so, it was necessary to contextualize the performance of UNEB by using the Integrated Planning System (SIP) as a tool to enable planning and monitoring of the projects in the Institution, which supports the overall planning. The results highlight that the development and articulation of projects has positively impacted the growth of UNEB.

Keywords: Planning. Tools of Planning. SIP. UNEB.

RÉSUMÉ

Ce document traite de la planification dans les établissements publics d'enseignement supérieur en détaillant les principes fondamentaux et les paramètres constitutionnels, juridiques et techniques qui la régissent. Ainsi, cette étude présente les résultats préliminaires d'une recherche exploratoire-descrptive, bibliographique et documentaire, dans le but d'analyser les défis liés au contexte de planification de l'Université d'État de Bahia (UNEB) et comment ils s'articulent et s'intègrent au contexte. instruments de l'administration publique de l'État. Pour ce faire, il était nécessaire de contextualiser les performances de la UNEB en utilisant le système de planification intégré (SIP) comme outil permettant la planification et le suivi des projets dans l'institution, qui soutiennent la planification globale. Les résultats soulignent que le développement et l'articulation des projets ont eu un impact positif sur la croissance de l'UNEB.

Mots-clés: Planification. Outils de planification. SIP. UNEB.

1 O PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO

No Brasil, este processo de planejamento passou por várias etapas e transformações. A partir da Revolução de 30 tornou-se uma função pública moderna, no entanto sua consolidação se efetivou no pós-guerra passando a ser utilizado como procedimento comum de governo, uma prática universalmente aceita, vinculada à necessidade de racionalização permanente dos serviços e da máquina pública. O planejamento como organizador da ação pública nasce, assim, da necessidade permanente de suporte e estímulo à atividade econômica privada e da necessidade de otimizar e priorizar os recursos públicos diante da escassez de recursos.

O Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Portanto, pode-se entender como uma ferramenta que organiza, prioriza, sistematiza informações, simula cenários, estabelece objetivos, identifica oportunidades e organiza ações estratégicas. Para que tenha aderência ao cotidiano da instituição, é preciso que seja flexível, tendo em vista a dinamicidade inerente ao ambiente, tendo validade quando apoiado ao seu processo decisório.

O planejamento deve ser anterior à realização das ações de governo, sendo entendido como um processo racional para definir objetivos, determinar os meios para alcançá-los, e deve obedecer às seguintes características: diagnóstico da situação existente; identificação das necessidades de bens e serviços; definição clara dos objetivos para a ação; discriminação e quantificação de metas e seus custos; avaliação dos resultados obtidos; estar integrado com os demais instrumentos de planejamento (GIACOMONI, 2005, p.33).

A visão ordenada do mundo organizacional, implícita na própria ideia de “organização”, induz a se pensar a realidade administrativa como racional, controlável e passível de ser uniformizada (Motta, 1995). Neste sentido, partindo-se da premissa de que a vida organizacional pode ser dominada a partir de critérios de racionalidade, o processo de planejamento atua como instrumento capaz de conduzir racionalmente as organizações na direção almejada.

De acordo com a Constituição Federal/88, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Segundo o seu artigo 165, os instrumentos de planejamento e orçamento são: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. O PPA define as prioridades e como serão gastos os recursos públicos dentro deste período.

A LDO, anualmente, enuncia as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Deve estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos, dentro do possível, no orçamento anual a fim de alcançar a realização das metas e objetivos pretendidos no PPA.

A LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Ainda de acordo com as disposições constitucionais, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A evolução do planejamento governamental no Brasil pode ser dividida em quatro fases: a primeira, orçamentária, de elaboração de diagnósticos e de estruturação das bases do chamado Estado nacional desenvolvimentista, nos anos 30 e 40; a segunda, houve a implementação de planos nacionais voltados para a industrialização e consolidação da infraestrutura; a terceira, veio com o objetivo de estabilização econômica, nos anos 80 e início dos anos 90; e a quarta, aconteceu a retomada do planejamento, com os avanços metodológicos na elaboração do PPA, a partir do final dos anos 90.

Na fase desenvolvimentista, os resultados econômicos foram positivos, com elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)[1], e algumas das metas propostas atingidas, mas tiveram pouco impacto na situação social da nação. Merecem destaque o Plano de Metas do Governo JK e os planos nacionais de desenvolvimento, no auge do regime militar.

O Plano de Metas foi o primeiro plano nacional de sentido estratégico elaborado no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que compreendia um conjunto de 31 metas, incluindo a construção de Brasília, em cinco setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. A prioridade foi energia e transportes. Esses dois setores tinham 73% dos recursos inicialmente previstos. A indústria de base foi também fortemente beneficiada, com 20,4% dos recursos, além dos demais incentivos, em especial para a indústria automobilística. A agricultura e a educação tinham apenas 3,2% e 3,4% dos recursos previstos respectivamente. O Plano de Metas foi um caso bem sucedido na formulação e implementação de planejamento. (GIACOMONI e PAGNUSSAT, 2006. P.30).

No ano de 1964 foi criado o Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG 1964-1967) com o objetivo de combater o processo inflacionário. Várias reformas foram implantadas, dentre elas a tributária e fiscal, a reforma administrativa, com o Decreto Lei número 200/67[2], que deu agilidade e flexibilidade para a ação econômica do Estado, com a administração indireta.

O primeiro PPA (1991-1995) não pode ser considerado um plano de desenvolvimento pois foi elaborado apenas para cumprir o preceito constitucional, não tinha compromisso com o planejamento, era uma peça burocrática, sem estar baseado em um projeto de governo claro além de não ter estabelecidos vínculos entre o planejamento plurianual e os orçamentos anuais. (GIACOMONI; PAGNUSSAT, 2006, P.40).

No primeiro mandato de FHC foi elaborado o segundo PPA (1996-1999), no qual prevaleceu a crença de que não eram necessárias políticas setoriais de desenvolvimento, bastando apenas a estabilização monetária para viabilizar o crescimento.

O terceiro PPA (2000-2003) Avança Brasil, com 365 programas e mais de três mil ações para o alcance de 28 macro objetivos, foi elaborado com base no Decreto nº 2829/1998[3], trouxe uma metodologia de planejamento preocupada com a transparência, responsabilização e com os resultados a serem atingidos para a sociedade.

O PPA (2004-2007) Um Brasil de Todos, manteve a metodologia do PPA anterior e passou a ser elaborado através de debates com os ministérios e a sociedade, em uma tentativa de se criar uma nova relação entre o Estado e a sociedade que possibilitasse a ampliação da transparência, solidariedade e corresponsabilidade, não só na construção, mas também na gestão do plano. A estratégia de desenvolvimento foi expressada através de um projeto de longo prazo para o país, cujo objetivo central era a inclusão social.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)/2000, tem o planejamento como seu pilar básico, determina a transparência, o planejamento de resultados, o detalhamento do Plano Plurianual e da Lei de

Diretrizes Orçamentária, metas e riscos fiscais e a compatibilidade entre o PPA, LDO e LOA. Nesta Lei, o processo de planejamento foi considerado fundamental para a administração pública, uma vez que os instrumentos de planejamento - PPA, LDO e LOA - deixaram de ser simples instrumentos elaborados para cumprimento de disposições legais e passaram a produzir efeitos reais no acompanhamento da gestão.

O planejamento é importante para se governar de forma participativa e democrática. A administração do bem público não objetiva lucro comercial, talvez ele possa ser substituído pela necessidade de crescente racionalidade do gasto público para assegurar níveis de justiça e crescimento econômico social com sustentabilidade.

Logo, a administração pública – órgãos e entidades - para cumprir bem sua função, precisa possuir os recursos adequados e o capital humano necessário de modo a atuar com eficiência, eficácia e efetividade em benefício da sociedade. Desta forma, para atuar positivamente em favor da sociedade, é necessária a adoção de instrumentos e ferramentas de planejamento que orientem a administração na melhoria de seu desempenho.

2 O PLANEJAMENTO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: O CASO DAUNEB

O processo de planejamento no setor público visa à definição de objetivos e a determinação dos meios para alcançá-los, atendendo aos princípios da racionalidade, previsão, universalidade, continuidade e aderência, isto é, todos os órgãos da instituição devem estar comprometidos com os objetivos que se pretende alcançar.

A UNEB, autarquia, com personalidade jurídica de direito público, mantida pelo Governo do Estado, com autonomia acadêmica, administrativa e financeira, patrimônio próprio, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o estado. O estudo realizado busca apresentar como a Universidade, inclusiva, democrática e participativa, vem utilizando os instrumentos de planejamento no contexto da gestão universitária.

A Universidade congrega uma pluralidade de funções (ensino, pesquisa e extensão), bem como de agentes (docentes, técnico-administrativos, discentes e dirigentes), o processo de planejamento deve ser desenvolvido com a efetiva participação dos membros da comunidade universitária, responsabilizando-se pela definição dos objetivos, organização e execução das ações, e a avaliação dos resultados.

A UNEB ao planejar as ações deve observar o cumprimento de sua finalidade enquanto universidade estadual pública e gratuita, estabelecendo metas que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e econômico em sua área de influência, procurando otimizar a aplicação dos recursos, evitando, assim, a dispersão e o desperdício dos recursos públicos, posto que os recursos do Tesouro têm maior participação no desenvolvimento dos projetos e atividades finalísticas, bem como na manutenção.

Quando realizado de forma sistemática, o planejamento universitário é decisivo para a melhoria do desempenho das atividades acadêmicas e administrativas. E ainda, possibilita responder com maior rapidez às crises e atender melhor as demandas dos diversos segmentos.

Com origem na dimensão administrativa, as atividades de planejamento contemplam as necessidades de organização, direção e controle da instituição universitária. Constitui-se como uma importante ferramenta, para o alcance dos objetivos institucionais. Auxilia o gestor a identificar e solucionar os problemas que afetam a organização, e estabelece elos entre os meios e fins, possibilitando o conhecimento e a gestão de cada uma de suas etapas, com implicação direta na eficácia e eficiência

organizacional.

O órgão da UNEB responsável pelas ações de planejamento é a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), vinculada à Reitoria, um órgão técnico de assessoramento superior, responsável também pelo orçamento, programação, acompanhamento e avaliação dos planos global e setorial da universidade, implementando as medidas necessárias à melhoria dos serviços da instituição. A PROPLAN tem articulação com órgãos da universidade ou não, submetendo ao reitor propostas referentes à definição de metas, diretrizes, programas, planos e instrumentos, inclusive de natureza orçamentária, visando o desenvolvimento institucional.

Através de suas gerências e respectivas coordenações, desenvolve ações visando o assessoramento permanente à reitoria em todos os assuntos relacionados com o planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, avaliação dos planos, programas, projetos e ações da Universidade. Deve ainda sistematizar, disponibilizar informações para formulação de diretrizes e metas, coordenando ações que visem à construção e definição participativa de estratégias de planejamento, tendo em vista o desenvolvimento e fortalecimento da Instituição.

Na elaboração do planejamento a universidade conta com importantes instrumentos de planejamento como: o Plano Estratégico, o Plano Plurianual (PPA), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e, mais recentemente, com o Projeto de Gestão Universitária 2014-2017 e o Plano de Ações Prioritárias (PAP) 2014.

Na busca do aprimoramento em seu planejamento, a UNEB tem utilizado instrumentos que norteiam os rumos a serem seguidos em prol de uma universidade democrática, participativa e transparente.

Através de suas gerências e respectivas coordenações, desenvolve ações visando o assessoramento permanente à reitoria em todos os assuntos relacionados com o planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, avaliação dos planos, programas, projetos e ações da Universidade. Deve ainda sistematizar, disponibilizar informações para formulação de diretrizes e metas, coordenando ações que visem à construção e definição participativa de estratégias de planejamento, tendo em vista o desenvolvimento e fortalecimento da Instituição.

Na elaboração do planejamento a universidade conta com importantes instrumentos de planejamento como: o Plano Estratégico, o Plano Plurianual (PPA), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e, mais recentemente, com o Plano de Ações Prioritárias (PAP 2014-2017) ou Projeto de Gestão Universitária (Reitoria 2014-2017).

Na busca do aprimoramento em seu planejamento, a UNEB tem utilizado instrumentos que norteiam os rumos a serem seguidos em prol de uma universidade democrática, participativa e transparente.

3 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NA UNEB

Os instrumentos de planejamento previstos na Constituição – PPA/LDO/LOA ocupam um espaço significativo no processo de gestão pública.

O Plano Plurianual, em conformidade com o art. 165 da Constituição Federal de 1988 e do art. 159 da Constituição Estadual de 1989, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrente, e para as relativas aos programas de duração continuada.

O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de médio prazo, que tem como base a visão de futuro e as orientações estratégicas do Governo. Apresenta o Programa de Trabalho do Governo, reunindo Programas, Ações e Metas da Administração Pública, convergentes com as Diretrizes

Estratégicas do Governo e orienta o planejamento de curto prazo, materializado nos orçamentos anuais. As diretrizes são integradas por programas compostos por ações que serão apropriadas pela correspondente Lei Orçamentária, na forma de Projeto ou Atividade.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um dos instrumentos de planejamento sendo um conjunto de políticas, diretrizes, estratégias, ações, objetivos e metas com objetivo de fortalecer as áreas acadêmicas e administrativas, modernizar a gestão administrativa, ampliar os investimentos e racionalizar a aplicação dos recursos de modo a preparar a instituição para que possa exercer um papel de destaque no desenvolvimento estadual sendo um documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES) e tem a proposta de promover um planejamento universitário de forma coletiva, com a participação de toda a comunidade acadêmica. Este documento de planejamento da universidade tem duração de 5 anos e considera a sua marca como instituição em conexão com a sua missão, suas diretrizes pedagógicas, sua estrutura organizacional e suas atividades acadêmicas.

O PDI 2013-2017 teve como referências o Plano Estratégico, o Plano Plurianual 2012-2015, o Plano de Metas 2010-2013, o relatório da Comissão Própria de Avaliação e os relatórios circunstanciados de atividades da Universidade além de ter utilizados outros documentos da UNEB contributivos à amplitude e consistência das informações aportadas no empreendimento.

O planejamento institucional está ancorado nas ações de programação orçamentária, acompanhamento físico-financeiro e avaliação de processos. A prioridade da política de planejamento é o seu próprio fortalecimento nas diversas instâncias da Universidade, a fim de que todos os processos sejam ordenados e integrados, resultando em tomadas de decisão que garantam um melhor aproveitamento das oportunidades e potencialidades do ambiente universitário. Para esse fim, são adotadas medidas gerenciais racionalizadas e de estímulo à construção de uma visão de futuro demarcada com iniciativas que visem oferecer às unidades organizacionais um assessoramento permanente, voltado para um desempenho mais eficaz das suas atribuições e competências. (PDI 2013-2017, p.31).

O Plano Estratégico se fundamentou num projeto concebido de forma participativa, e sua efetividade decorre de um conjunto de fatores convergentes, relacionados com a compreensão da dinâmica institucional, sua finalidade e inserção social, além das possibilidades de maior racionalidade no uso dos recursos disponíveis. O PE foi desenvolvido com base em estudos sobre a realidade institucional, formas de atuação, cultura e ambiente, necessidades e pretensões da comunidade acadêmica para o futuro. A consolidação desse conhecimento permitiu chegar à definição de objetivos, linhas e ações estratégicas, em uma base temporal de 25 anos. O contexto de longo prazo do PE conduziu a uma linha de objetivos de cunho mais geral, com duas vertentes, a Gestão Institucional Eficiente e Produção Continuada do Conhecimento. Estas se desdobraram em outra linha de objetivos de caráter mais específico, formada por dois conjuntos de fatores: a busca de uma Estrutura Coesa e Pessoal Estimulado, desagregando o objetivo Gestão Institucional Eficiente; e a Excelência em Pesquisa e Acessibilidade às Informações, que estão associadas ao objetivo da Produção Continuada do Conhecimento.

3.1 O SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO (SIP)

O modelo *multicampi*, a capilaridade da estrutura e abrangência das atividades da UNEB demandam a utilização de sistemas e ferramentas gerenciais que permitam, entre outras possibilidades, imprimir racionalidade central às decisões, estimulando a convergência de esforços e focalizando a atenção dos gestores no desenvolvimento das potencialidades internas e externas assim como na superação

das fragilidades.

É neste cenário que surge o Sistema Integrado de Planejamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que consiste em uma ferramenta interativa de planejamento, gestão e acompanhamento dos projetos, ações e atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação desenvolvidos pela Instituição, com grande diferencial posto que funciona via internet o que permite acesso em qualquer lugar através de *login* e senha.

Desenvolvido por equipe da própria instituição, utilizando modernas técnicas de mapeamento de processos e participação dos diversos segmentos da Universidade, observando a natureza *multicampi* da instituição, o SIP implicou profundas mudanças culturais e organizacionais das práticas bem como de sua forma de relacionamento da Universidade com a comunidade acadêmica.

Enfatize-se que, entre outras funcionalidades, o Sistema Integrado de Planejamento - SIP é um Banco de Dados da UNEB, com interface com outros sistemas e ferramentas já utilizados pela Instituição de relevância para a operacionalização do planejamento institucional e que tem contribuído com a Gestão Universitária e com a transparência, pois através do acompanhamento dos projetos e atividades lançados no sistema tem-se informações e referências sobre as ações que estão ou serão desenvolvidas por cada Unidade e como serão aplicados os recursos e quais projetos serão priorizados pelos gestores de cada unidade universitária.

O SIP possui é estruturado em dois módulos, Planejamento e Acompanhamento, que se encontram abertos e disponíveis a todas as Unidades Organizacionais da Universidade, mas o perfil de cada usuário é restrito de acordo com as atividades relacionadas a cada unidade e a solicitação do gestor. Este sistema constitui um instrumento de planejamento e gestão, auxiliando os Departamentos, Pró-Reitorias e Setores Administrativos.

Segundo os Manuais do SIP, dentre as potencialidades do sistema, pode-se destacar a possibilidade de ampliar o desenvolvimento de programas e projetos institucionais, identificando a convergência de objetivos e demandas; a compatibilização de ações dos diversos setores e *campi* da Universidade, com objetivo de alcançar e fortalecer a sua unidade institucional; o acompanhamento e monitoramento das ações da Universidade, possibilitando adequações sempre que necessárias à consecução dos objetivos da instituição, com menor esforço e menor custo; a adoção de estratégias de captação de recursos direcionadas ao atendimento das reais demandas da Universidade.

O SIP é um sistema de Planejamento, Administração e Gerência, que foi concebido, pensado, estruturado, desenvolvido e implantado com vistas a: a) Subsidiar o planejamento global e permanente da Universidade, buscando sempre a participação no trabalho coletivo, da comunidade universitária (docentes, discentes e servidores); b) Ser elaborado em conformidade e compatibilidade com as diretrizes, objetivos, metas e prioridades constantes do Plano Estratégico e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes no exercício para o qual se elabora a Proposta Orçamentária; c) Permitir a consolidação de um processo de planejamento participativo na UNEB, associado ao orçamento, ao sistema de informações, de acompanhamento e avaliação das suas ações acadêmicas e administrativas; d) Subsidiar a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício do ano corrente; e) Assegurar a organização das ações, metas, prioridades, com vistas a garantir recursos para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão da UNEB criando a possibilidade de integrar Projetos com objetivos comuns; f) Servir de base ao controle, acompanhamento e avaliação da execução dos Projetos a cargo da UNEB; e g) Subsidiar a priorização na alocação de recursos financeiros com vistas à melhor viabilização e alcance das ações comuns e finalísticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Tabela 01 - Projetos dos Departamentos da UNEB Cadastrados no SIP

Natureza	2015	2016	2017
-----------------	-------------	-------------	-------------

Pesquisa em Desenvolvimento	1359	1149	1081
Extensão	559	1212	1210
TOTAL	1918	2361	2291

Fonte: Relatório de Atividade Anual da UNEB/SIP/2014/2017

Na tabela 01, identifica-se que houve um crescimento bastante expressivo dos projetos de extensão, se compararmos aos anos iniciais de utilização do sistema. Por meio de uma análise geral dos projetos cadastrados e dos documentos institucionais da universidade comprovou-se, também, que as proposições apresentadas estão em sintonia com o planejamento estratégico.

Além dos projetos de pesquisa e extensão, o SIP possui projetos cadastrados de outras naturezas, como: ensino de graduação, assistência estudantil, pós-graduação e administrativos. Os dados apresentados na tabela 01 foram coletados através dos Relatórios de Atividades da UNEB, que disponibilizaram apenas os dados de pesquisa e extensão. Caso os projetos institucionais de natureza administrativa, de assistência estudantil, de pós-graduação e os de ensino cadastrados no SIP, tivessem maior destaque nos relatórios, poderiam melhor contribuir para o planejamento da gestão universitária. Assim como se fossem disponibilizadas informações sobre o status de execução e fontes de financiamento dos mesmos.

Tabela 02 - Projetos em andamento por natureza e programa de pós-graduação *stricto sensu* (2016)

Natureza	Quantidade%	
Extensão	321	13,65
Inovação	26	1,11
Pesquisa	1.852	78,73
Projeto Inter-institucional	10	0,43
Outros	143	6,08
TOTAL	2352	100

Fonte: Anuário UNEB 2017/Plataforma Sucupira/SIP

Na tabela 02, percebe-se a quantidade de projetos na pós-graduação *stricto sensu*, em andamento no ano de 2016 na UNEB. Assim, podemos exemplificar a importância do SIP como ferramenta de planejamento na Universidade que facilita esse acompanhamento.

A relevância do SIP, no contexto da gestão universitária, tem sido reconhecida através de premiações obtidas pela instituição e equipe que desenvolveu o mesmo. Em 2011 o sistema recebeu Prêmio Boas Práticas do Trabalho[4] iniciativa que visa incentivar e dar visibilidade aos servidores da administração pública estadual que desenvolvam ações para promover um ambiente de trabalho que motive o estímulo à criatividade, à produtividade, à eficiência, à economicidade e à melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Já em 2014 com o SIP a UNEB conquistou o segundo lugar no Prêmio Nacional de Inovação na Gestão Universitária Professor João David Ferreira Lima, uma iniciativa do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que busca reconhecer e homenagear a criação ou desenvolvimento de modelos, instrumentos e práticas de gestão universitária inovadores, com impacto positivo junto à comunidade universitária. Estão entre os critérios de avaliação das propostas submetidas: inovação, importância, abrangência e viabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi citado no desenvolvimento do artigo, o planejamento na administração pública passou por várias etapas e tem contribuído de forma intensa com a gestão pública, além de buscar a racionalização, otimização e priorização dos recursos.

A Constituição Federal/88 contribuiu para o processo de planejamento com os seus instrumentos norteadores que vem a ser: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na década seguinte, o Decreto 2.829/98 definiu novas regras para elaboração e gestão do PPA e dos orçamentos da União. Já no ano de 2000 foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal com a finalidade de impor o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nesse contexto, a UNEB como autarquia de direito público vinculada à Secretaria de Educação tem realizado seu planejamento utilizando os seus instrumentos e a metodologia aplicada ao PPA do Estado. Tendo como seu instrumento norteador o PDI que é um conjunto de políticas, diretrizes, estratégias, ações, objetivos e metas tendo como finalidade fortalecer as áreas acadêmicas e administrativas e contribuindo para a Gestão Universitária nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A UNEB é uma Universidade democrática e participativa que tem realizado o planejamento de forma sistemática otimizando as atividades acadêmicas e administrativas, possibilitando responder com rapidez as demandas em diversos segmentos. Em 2011 foi criado a ferramenta SIP na operacionalização do planejamento:

O sistema corporifica o previsto no Plano Estratégico, no contexto da gestão institucional eficiente, um dos grandes desafios do modelo *multicampi*, no que tange as premissas da linha estratégica que visa reforçar as funções de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, revendo o modelo de gestão centralizada, de maneira a tornar a administração capaz de relacionar as funções de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações estratégicas com vistas a alcançar as metas desejadas, num formato que responda às demandas da representatividade setorial interna, do controle sobre a execução e dos métodos de avaliação a serem utilizados.(MANUAL DO SIP, P. 11).

A delimitação de metas, objetivos, forma de atuação, responsabilidades exteriorizadas através de projetos de gestão que servirão para transformar a realidade social, permitindo que as partes envolvidas, direta ou indiretamente, sejam beneficiadas pela aplicação coerente dos recursos públicos, possibilitarão uma administração pública transparente, eficiente e com o controle dos seus gastos.

Considerando a importância do planejamento para a alocação de recursos e priorização das necessidades, a proposta de realização deste artigo visa à apresentação de alguns instrumentos de planejamento e ferramenta que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) vem utilizando na sua elaboração e efetivação, à medida que seu reflexo impactará no âmbito educacional e social. Este trabalho será desenvolvido através de pesquisas bibliográfica e documental.

Uma das funções atribuídas às organizações públicas na contemporaneidade tem sido ampliar de forma sistêmica e integrada as oportunidades dos cidadãos. O Estado vem trabalhando em prol do

desenvolvimento e da incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público para que sejam criadas as condições necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais.

A partir desta pesquisa, ficou evidente que a UNEB vem buscando intensificar a sistematização e disponibilização de informações, dados e instrumentos necessários à melhoria do planejamento e desempenho dos processos de gestão acadêmica e organizacional.

Os estudos comprovaram, ainda, que o Sistema Integrado de Planejamento – SIP, da UNEB, vem sendo amplamente utilizado pela comunidade universitária e apresenta elementos que podem contribuir significativamente para o crescimento institucional, à medida que são priorizados os projetos de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa e extensão.

Logo, evidencia-se que o planejamento vem antes do processo de acompanhamento e de avaliação dos projetos, estas etapas são importantes para a tomada de decisão. Assim a avaliação interna da Instituição contribuirá significativamente para as avaliações externas, as quais as universidades são submetidas.

Por conseguinte, ponderamos que, os processos intrínsecos ao planejamento e a avaliação interna possibilitam atender às demandas da sociedade por maior eficácia e eficiência na gestão universitária, especialmente no caso da gestão pública.

[1] O produto interno bruto representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

[2] Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 14 fev. 2019.

[3] Estabelece regras comuns a serem aplicadas à elaboração e gestão dos Planos Plurianuais e dos Orçamentos da União, determinando ainda a revisão da classificação funcional programática visando o estímulo a adoção de modelo de gerenciamento por programas com a ênfase na gestão de projetos no contexto do lançamento do programa Brasil em Ação. Este programa agrupou 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infraestrutura, todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população.

[4] Sistema de Planejamento (SIP) recebe prêmio Boas Práticas do Trabalho. Disponível em: <http://www.Uneb.br/2011/11/07/sip-e-premiado-em-celebracao-ao-dia-do-servidor-publico/>. Acesso em 16 abr. 2019.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 27 fev. 2019.

_____. **Lei Nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991/1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8173.htm. Acesso em: 27 fev. 2019a.

_____. **PPA 2000-2003**. Biblioteca Digital do Planejamento. Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/481/Programas_Finalisticos.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 28 fev. 2019b.

_____. **Lei Nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/ppas-anteriores>. Acesso em: 28 fev. 2019c.

_____. **Lei complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 27 fev. de 2019d.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em 27 fev. de 2019e.

_____. **Núcleo de Assuntos Estratégicos**. A metodologia de gestão estratégica do NAE. In: Projeto Brasil 3 Tempos. Brasília: Cadernos NAE, n. 1, pp. 41-71, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/It%C3%A3%20Teodoro/Downloads/01brasil3t%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/It%C3%A3%20Teodoro/Downloads/01brasil3t%20(1).pdf). Acesso em: 27 fev. 2019f.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 28 mar. 2019g.

GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental** – Brasília: ENAP, 2006.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas. 2005.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea**: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1995.

PORTAL SIPnet. Desenvolvido por UNEB. **Sítio Oficial das informações do Sistema Integrado de Planejamento - SIP**. Disponível em:
<http://www.sip.uneb.br/manual/index>. Acesso em 27 fev. 2019.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Relatório Anual de Atividades 2014**. Salvador: Uneb/Proplan. Disponível em:
<https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2017/05/RAA2014.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019.

_____. **Relatório Anual de Atividades 2015**. Salvador: Uneb/Proplan. Disponível em:
<https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2017/05/Relatorio-Fin-al-de-Atividades-2015-da-Uneb.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019a.

_____. **Relatório Anual de Atividades 2016**. Salvador: Uneb/Proplan. Disponível em:
<https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2017/05/RAQ20161.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019b.

_____. **Relatório Anual de Atividades 2017**. Salvador: Uneb/Proplan. Disponível em:
<https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-FINAL-2017.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019c.

_____. **Anuário UNEB em Dados 2017 - Base 2016**. Salvador, 2017. Disponível em:
http://www.uneb.br/files/2016/01/Anu%C3%A1rio_2017_16_vers%C3%A3o-web.pdf. Acesso em 17 mai. 2019d.

_____. **Plano de Metas (2010-2013)**. Disponível em:
http://www.uneb.br/prograd/files/2010/01/Plano_De_Metas_Reitoria-2010_02mar10.pdf. Acesso em 17 mai. 2019e.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2013-2017)**. Disponível em:
<http://www.uneb.br/proplan/files/2013/07/PDIWEB2013.pdf>. Acesso em 17 mai. 2019f.

_____. **Plano de Ações Prioritárias (PAP 2014)**. Projeto de Gestão (Reitoria 2014-2017). Disponível em:

http://www.uneb.br/files/2015/03/relatorio_pap.pdf. Acesso em 17 mai. 2019g.

[1] Sistema de Planejamento (SIP) recebe prêmio Boas Práticas do Trabalho. Disponível em:
<http://www.Uneb.br/2011/11/07/sip-e-premiado-em-celebracao-ao-dia-do-servidor-publico/>. Acesso em 16 abr. 2019.